

1

Introdução

1.1.

Sobre as origens do fenômeno populista

A ação política de inúmeros governos contemporâneos tem sido chamada de populista. Este termo, acerca do qual estamos longe de ter um consenso nos estudos a ele relacionados nas Ciências Sociais, vem sendo usado, tanto pela literatura especializada quanto pela sociedade, sem que possamos claramente conceituá-lo. Temos encontrado governos e políticos aos quais se tem chamado de populistas em uma grande variedade espacial e histórica. Pode-se dizer que não há uma conceituação acabada no objeto de estudo ao qual se tem denominado populismo, pois encontramos diferentes análises no pensamento social brasileiro¹, marcadas por ocorrências históricas, interpretações, e ideologias distintas.

A expressão populismo começou a frequentar a agenda política na Rússia no século dezenove. Lá, em meados daquele século, viu-se emergir a tendência *narodnik* (de *narod*, povo) nos intelectuais que acreditavam no campesinato como a força revolucionária capaz de unir as comunidades rurais para alcançar o socialismo. De acordo com Daniel Aarão Reis Filho em *Lenin e as heranças do populismo*, o movimento populista na Rússia apresentou-se, em função de diferentes circunstâncias, de formas distintas. No entanto, haveria certo consenso em relação a algumas recorrências básicas que têm justificado atribuir o nome de populista a diversas práticas e pensamentos presentes na Rússia czarista daquele século. Os populistas abominavam o Estado czarista, e queriam “substituir a autocracia tsarista pelo reino da liberdade, emancipar de fato os camponeses e os oprimidos do campo e da cidade, superar as desigualdades gritantes que

¹ De acordo com o *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*: “O termo ‘populismo’ é um dos mais controversos da literatura política, possuindo várias conotações. De modo geral, contudo, o termo tem sido utilizado, no Brasil e na América Latina, para designar a liderança política que procura se dirigir diretamente à população sem a mediação das instituições políticas representativas, como os partidos e os parlamentos - ou ainda contra elas - apelando a imagens difusas como as de ‘povo’, ‘oprimidos’, ‘descamisados’, etc. Em nossa história recente, líderes como Vargas, João Goulart, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros, Ademar de Barros, Leonel Brizola, e outros, foram chamados de ‘populistas’” (Fundação Getúlio Vargas, 2007).

caracterizavam a sociedade russa” (Reis Filho, 2007: 2). Propunham a instauração de uma sociedade alternativa baseada em uma organização social tradicional dos camponeses russos, “a comuna rural, unidade coletiva de raízes antigas, que sobrevivera à emancipação dos servos” (Reis Filho, 2007: 2).

Dentre os intelectuais que mais fortemente influenciaram o populismo russo destaca-se Nikolai Gavrilovich Chernyshevsky (1828-1889), escritor, crítico literário e dirigente político. Estudou em São Petersburgo e começou sua carreira nas letras como crítico literário do periódico extremista *Sovremennik* (*O contemporâneo*), publicação mensal de grande influência. Foi membro destacado do movimento de reforma russo. Chernyshevsky foi o fundador do *Narodism*, o populismo russo, e lutou pela derrubada revolucionária da autocracia e pela criação de uma sociedade socialista.

O sentido do termo populismo, quando se refere ao fenômeno russo do século dezenove, pode ser visto como um amplo movimento de caráter revolucionário que possuía uma vanguarda intelectual, mas carecia de uma ideologia coerente, como define Isaiah Berlin, citado em *A Russian word for a Latin American disease* por Martinez (2008):

Russian Populism is the name not of a single political party, nor of a coherent body of doctrine, but of a widespread radical movement in Russia in the middle of the nineteenth century. It was born during the great social and intellectual ferment that followed the death of Tsar Nicholas I and the defeat and humiliation of the Crimean War, grew to fame and influence during the sixties and seventies, and reached its culmination with the assassination of Tsar Alexander II, after which it swiftly declined.

No fim do século dezenove a expressão populismo estava presente na agenda política dos Estados Unidos da América. Surgiu a partir de um movimento que unia os fazendeiros do Sul e do Meio-Oeste em uma luta contra as modificações introduzidas pelo forte desenvolvimento econômico trazido pelas rodovias e pelas novas formas de comercialização que, ao diminuir o poder de barganha relativo dos fazendeiros, trouxe como consequência uma deflação nos preços dos produtos agrícolas. Conforme Rebecca Edwards, os estudos mais recentes mostram controvérsias com relação ao chamado Movimento Populista²,

² “Coalition of U.S. agrarian reformers in the Midwest and South in the 1890s. The movement developed from farmers’ alliances formed in the 1880s in reaction to falling crop prices and poor credit facilities. The leaders organized the Populist, or People’s, Party (1892), which advocated a

visto por alguns poucos como uma revolta agrária à qual se procura dotar de características revolucionárias (Goodwyn, 2007), mas majoritariamente pelos que procuram analisá-lo pelos aspectos que marcaram a industrialização nos anos 1890, como a mobilidade social, as migrações e imigrações, e as mudanças políticas. A autora chama a atenção para os argumentos que percebem a força do populismo em estados onde era fraca a disputa partidária:

The most innovative recent work in this vein is Jeffrey Ostler's "Prairie Populism". Ostler notes that Populism developed its strongest base in virtual one-party states, where traditional opponents (Republicans in the South, Democrats on the Plains) were weak (Edwards, 2007).

Em uma forma geral, podemos admitir que tanto o populismo norte-americano, como o russo tiveram origem, ou pretendiam usar como base, o meio rural, adquirindo um caráter contrário à modernização e às ações do Estado.

No caso do Brasil, alguns estudiosos afirmam que foi no início dos anos de 1930 que o fenômeno do populismo ganhou relevância no espaço público. Embora a ação política de lideranças políticas no pós-1945 seja vista como responsável pelo fortalecimento do populismo no Brasil, José Murilo de Carvalho aponta o governo do prefeito Pedro Ernesto de 1931 a 1936 no Distrito Federal, como aquele que deu os primeiros passos daquilo que se tem chamado de populismo. Ao procurar apoio na população pobre das favelas e ser o pioneiro na utilização política do rádio em suas campanhas, “o prefeito tinha inaugurado o que depois se chamou no Brasil e em outros países da América Latina, sobretudo Argentina e Peru, de política populista” (Carvalho, 2002: 105).

Em sua análise sobre as alterações nas estruturas políticas, sociais e econômicas no Brasil, em função do crescimento demográfico, urbano e industrial, Michael Conniff afirma, em *Urban Politics in Brazil*, que à medida que a classe trabalhadora urbana crescia, suas ações não mais podiam ser totalmente controladas como era tradição na República Velha. Líderes populares de diversos

variety of measures to help farmers. They also demanded an increase in the circulating currency (to be achieved by the unlimited coinage of silver), a graduated income tax, government ownership of the railroads, a tariff for revenue only, and the direct election of U.S. senators. The party's presidential candidate in 1892, James B. Weaver, received more than one million votes. Many state and local Populist candidates were elected in the Midwest. In 1896 the Populists joined with the Democratic Party to support [...] the unsuccessful presidential candidacy of William Jennings Bryan. The movement declined thereafter, though some of its causes were later embraced by the Progressive Party” (Encyclopædia Britannica Online, 2007).

matizes convenciam os operários a se unir aos sindicatos e às sociedades de ajuda mútua, com o objetivo de melhorar seus padrões de vida. Era difícil, na década de vinte, manter a militância, mas a difusão de associações voluntárias no seio da classe trabalhadora era o presságio de um importante incremento da presença das massas na vida pública. Alguns membros da elite e setores da classe média enxergavam a necessidade de reformas e de programas para os mais necessitados. A importância eleitoral da população urbana reflete-se no fato de que os dois candidatos à Presidência, em 1930, prometiam reformas que eram apoiadas pelos eleitores urbanos, como os temas relacionados ao trabalho, serviço público, comércio, e planejamento urbano.

O novo, e considerável, eleitorado urbano influenciou a retórica dos políticos nacionais, trazendo temas mais complexos que os de antigamente, para a agenda política (Conniff, 1981: 174-175). Para Conniff, uma importante característica do populismo é a sua liderança carismática, de acordo com o conceito de Max Weber³.

A teoria weberiana acerca do Estado moderno está inserida em suas análises das formas de racionalização. O que caracteriza o Estado moderno é o fato de, ao contrário dos Estados antigos, que se valiam da violência de forma brutal, ele ter se tornado indispensável à vida em sociedade, sendo a única fonte de legitimidade. E isto acontece sem o uso constante da violência, mas através de mecanismos de convencimento ou carismáticos. De acordo com a classificação, hoje clássica, estabelecida por Weber, existem três “tipos ideais” de legitimidade e dominação, cada uma das quais apresenta um nível próprio de racionalização: a dominação tradicional, a carismática, e a racional, ou legal-burocrática. A tradicional é a que se apóia na crença do caráter sagrado das tradições. Este caráter seria sagrado uma vez que a ordem “sempre” se deu desta forma. Nela não há diferenciação entre o patrimônio pessoal do chefe e o patrimônio dos outros membros da comunidade, no caso das sociedades mais antigas, ou entre o patrimônio do governante e o patrimônio do Estado, nas sociedades menos antigas. A dominação carismática é aquela que se apóia na crença de que um

³ Max Weber (1864-1920) nasceu e morreu na Alemanha. É considerado um dos fundadores dos estudos modernos da Sociologia e da Administração Pública. Começou sua carreira na Universidade de Berlim, tendo mais tarde trabalhado nas Universidades de Freiburg, Heidelberg, Viena, e Munique. Exerceu importante influência na política alemã contemporânea, tendo sido conselheiro dos negociadores alemães no Tratado de Versalhes e participante da comissão que preparou a base da Constituição da República de Weimar.

indivíduo possui alguma característica ou aptidão que o transforma em alguém especial. Está presente na ação dos profetas. É bem provável que os indivíduos carismáticos, vistos de perto, não sejam especialmente admiráveis. O que importa é que eles conseguem despertar admiração, entusiasmo e, mesmo, paixão. Parece evidente que existe uma correlação entre o surgimento de lideranças carismáticas e instituições frágeis, bem como para a importante constatação de que o carisma não se herda, nem se transfere. A dominação racional, ou legal-burocrática, se dá nos Estados modernos, nos quais a legitimidade e a legalidade tendem a se confundir, uma vez que a ordem é derivada das leis, vistas como impessoais e universais. A racionalização é baseada em procedimentos previsíveis e burocráticos.

A subsistência da grande maioria das relações de domínio de caráter fundamental legal repousa, na medida em que contribui para sua estabilidade a crença na legitimidade, sobre bases mistas: o hábito tradicional e o 'prestígio' (carisma) figuram ao lado da crença – igualmente inveterada, no final das contas – na importância da legitimidade formal. A comoção de uma dessas bases por exigências postas aos súditos de forma contrária à ditada pela tradição, por uma adversidade aniquiladora do prestígio ou por violação da correção da forma legal usual abala igualmente a crença na legitimidade (Weber, 1991: 137).

Conniff afirma que havia indícios abundantes de uma comoção por volta da Primeira Guerra Mundial, no Brasil devido à queda da monarquia, à crise nos sentimentos religiosos, e à incapacidade das lideranças políticas para gerenciar, de forma adequada, o governo republicano. Nestas circunstâncias, a população procurava por líderes diferenciados, com qualidades especiais que lhes dessem o direito de governar, tais como integridade, coragem, moral ilibada, dedicação aos mais pobres, patriotismo, e respeito aos valores tradicionais (Conniff, 1981: 13).

Conniff argumenta, ainda, que quando o populismo surgiu adotou propostas reformistas que atuavam como uma ponte entre as antigas tradições que marcavam os governos locais e os sistemas políticos do século vinte. O populismo chegou favorecendo as eleições representativas, o intervencionismo e um sistema social orgânico, tendo a qualidade de olhar, tanto para o tradicional, quanto para o moderno. Os líderes populistas nem sempre estavam conscientes das fontes de sua inspiração, mas os costumes e tradições coloniais ofereciam legitimidade e aceitabilidade às suas propostas. Estas pareciam familiares e justas, ficando mais

próximas de um consenso do que o conseguiram as ideologias importadas.

Além disso, para Conniff, o populismo prometia restaurar a sociedade holística e autogovernada, que foi sendo substituída ao final do século dezanove. Isto fazia sentido para uma sociedade na qual havia um lugar para todos os indivíduos, indistintamente da classe à qual pertenciam. Ao contrário do liberalismo, que parecia somente poder ser aproveitado pelos mais ricos, o populismo clamava por um Estado intervencionista que cuidaria de todos os indivíduos, regularia as relações econômicas, promoveria o bem-estar dos oprimidos, e traria justiça social a todos. A força do populismo provinha do fato de que ele reavivava costumes que ainda não haviam ficado esquecidos na memória popular. Evidentemente, os políticos populistas não poderiam recriar, no século vinte, as cidades coloniais; no entanto, trouxeram, evitando anacronismos, os elementos que puderam ser adaptados à cidade grande. Combinaram uma ordem patrimonialista com as antigas tradições da autonomia municipal. Desta forma, o populismo prometia restauração da soberania ao povo e relações harmoniosas com as autoridades nacionais. Conniff considera que a dificuldade em se caracterizar ideologicamente o populismo está no fato de que ele remetia a uma tradição claramente compreendida pela maioria das pessoas, sem necessidade de maiores elaborações; em consequência, o líder populista mantinha a fé dos seus seguidores mesmo quando suas metas falhavam, tendo em vista a promessa implícita de restauração das tradições que se haviam perdido (Conniff, 1981: 10-11).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, há uma onda de redemocratização no mundo não dominado pela União Soviética. A democracia chega ao Brasil com a derrubada da ditadura Vargas, cercada de expectativas. Ocorre o enfraquecimento do sistema oligárquico, tendo em vista um novo contexto, marcado, em especial, pela democracia representativa e pelas novas massas urbanas. As oligarquias já não mais podiam definir o sistema político em um ambiente de expansão do eleitorado e de existência de partidos competitivos. Passa a haver uma disputa eleitoral real, cujo resultado não pode ser antecipado, como antes, por acordos oligárquicos. Estas mudanças eram mais sentidas nas áreas urbanas. Nos grotões, a ação das oligarquias ainda se fazia sentir, mas sua influência sobre os resultados finais perderam força, e a imprevisibilidade passou a ser um fator presente nas eleições majoritárias. Neste novo contexto político,

ganha impulso o fenômeno populista.

No Brasil, tudo indica que foi no estado de São Paulo onde a expressão populismo surgiu com significado político. Em *Adhemar de Barros e o PSP*, Regina Sampaio descreve que Adhemar de Barros⁴ e seus partidários usavam expressões associadas a este termo no sentido de alcançar o eleitorado paulista, conforme pode ser visto neste depoimento tomado pela autora:

[...] o Interventor, apoiado por eficiente serviço de propaganda passou a desenvolver um amplo trabalho de proselitismo, baseado num apelo direto e pessoal às forças populares. [...] havia apenas transmissão pelo rádio. Todas as noites, às sete horas, ele tinha uma palestra com o povo de São Paulo. [...] ele tinha aquela conversa de caboclo franco [...] falava errado até. Era uma novidade, nunca houve isso, foi daí que surgiu o termo populismo, quer dizer, nós descemos à linguagem do povo para que ele entendesse. E ele foi um pioneiro neste sentido, por isso criou esse carisma (Sampaio, 1982: 45).

Nesta ocasião, começou a surgir o mito Adhemar de Barros, que era composto pelo administrador empreendedor, mas com um absoluto desprezo pelas limitações de ordem financeira, ao lado do político identificado com o Estado e responsável direto pela proteção aos humildes que não tinham acesso às estruturas de poder: “Orienta-se para um apelo populista difuso que é capaz de sensibilizar as massas trabalhadoras sem, contudo, ter condições de enquadrá-las partidariamente” (Sampaio, 1982: 110).

O esforço para um melhor entendimento sobre o populismo no Brasil está ligado, e com grande aceitação na literatura a este tema relacionada, à utilização deste termo para o período de 1945 até 1964, ou seja, da redemocratização do pós-guerra até o movimento militar de 1964. De acordo com Maria Celina D’Araújo:

Apesar das divergências quanto ao seu conteúdo e à sua conceituação, o populismo é aceito pela maioria dos historiadores e cientistas políticos como a principal vertente da política brasileira no período pós-1945. É consensual, também, a idéia de que esse período repete, de certa forma, alguns padrões políticos anteriores, particularmente os vigentes na década de 1930, em especial a ideologia antipartido e a variante autoritária. Ambas remetem diretamente à questão da participação política e acabam por engendrar uma combinação de problemas que acarreta uma avaliação permanente da legitimidade do próprio sistema político (D’Araújo, 1992: 25).

⁴ Adhemar Pereira de Barros (1901-1969) nasceu em Piracicaba e morreu na França. Influente político paulista entre as décadas de 1930 e 1960, foi prefeito da cidade de São Paulo, interventor

Acredito que as decisões de planejar em função de um retorno eleitoral estejam na base daquilo que foi, mais tarde, chamado de populismo econômico. Para Celso Lafer, o populismo era resultado do crescimento do eleitorado, o que fez com que a política deixasse de ser um tema restrito às elites. Por intermédio do voto, estas novas massas se faziam ouvir nas eleições e outorgavam legitimidade ao sistema político. Referindo-se ao período de 1965 a 1964, Lafer comenta que “as eleições presidenciais [...] revelam que em certos estados-chave, justamente os mais desenvolvidos e urbanizados, as maiorias conseguidas pelos candidatos populistas eram fundamentais para determinar o resultado das eleições” (Lafer, 2002: 42).

Não era surpresa, por conseguinte, o fato de os programas de governo prometerem “uma política de democratização fundamental da sociedade através da extensão de oportunidades de emprego” (Lafer, 2002: 62). Ao criar, ao mesmo tempo, novas demandas e novas exigências para apoio político, o crescimento do eleitorado teria motivado, em Juscelino Kubitschek, a decisão de planejar: “A decisão de planejar é, portanto, uma decisão essencialmente política” (Lafer, 2002: 26).

Lamounier ressalta o impacto que mudanças sociais como a importância do eleitorado urbano “recurso político não apenas disponível e ponderável, mas disputado” (Lamounier, 2005: 143), teria sobre a forma de disputa dos votos, em um cenário democrático. A incerteza com relação ao resultado do jogo eleitoral, em função da forte melhoria na qualidade das consultas eleitorais, trazia a necessidade de os partidos e candidatos entenderem qual era a nova “moeda” a ser utilizada nas eleições:

Nos três níveis de governo, o processo sucessório passou de fato a depender de um “mercado político”, e não da simples troca de apoios ou do apadrinhamento num circuito oligárquico, como ocorria na República Velha. Os candidatos precisavam agora, para se eleger à presidência, aos governos estaduais e à prefeitura das principais cidades, buscar apoio nesse complexo “mercado”. Multiplica-se assim o número de líderes em busca de devoções cativas: uma floração de “populismos”, superpondo-se ao sistema de partidos em seus primórdios (Lamounier, 2005: 114).

federal e duas vezes governador de São Paulo. Concorreu à Presidência do Brasil em 1955 e em 1960, conquistando nessas duas eleições o terceiro lugar.

1.2.

Democratização do pós-guerra e instabilidade política

O período de 1945 a 1964 foi marcado pelo retorno ao estado de direito, sobretudo a partir da promulgação da Constituição de 1946. Foram criados partidos de alcance nacional⁵. No entanto, apenas três (PSD, UDN e PTB) atuavam realmente em âmbito nacional. O PSD, Partido Social Democrático, lançado em julho de 1945, foi organizado por Getúlio Vargas, convocando as oligarquias estaduais, sob o comando dos interventores do Estado Novo, atingindo uma massa eleitoral rural que ainda representava aproximadamente 70% da população brasileira. Com forte presença da estrutura governamental, não estava vinculado à área trabalhista e representaria o lado conservador do getulismo, com especial importância sendo dada aos proprietários de terras, ainda controladores de significativa parcela do eleitorado pobre das áreas rurais.

O PTB, Partido Trabalhista Brasileiro, foi fundado pela via da máquina corporativista criada por Vargas e baseada no Ministério do Trabalho, para arregimentar a população urbana, e era considerado um partido nacionalista. Sua primeira convenção nacional ocorreu em setembro de 1945, com um programa dirigido aos trabalhadores, com destaque aos organizados, e o partido foi fundado por figuras vinculadas aos institutos de previdência e à cúpula sindical. Teria como estratégia organizar o apoio sindical, utilizando-se do peleguismo, e bradando as conquistas sociais alcançadas através da CLT. Também procuraria ganhar o apoio de industriais que fizeram fortuna à sombra do Estado Novo, “que naturalmente viam com bons olhos o figurino da industrialização autárquica, protegida e subsidiada pelo governo” (Lamounier, 2005: 124). Seu programa dava ênfase ao papel do Estado na economia, à manutenção e ao aumento dos direitos trabalhistas, e ao fortalecimento da organização sindical. Esses dois partidos “getulistas”, embora diferentes⁶ e potencialmente opostos, terminavam entendendo-se, tendo em vista a atuação de Getúlio.

A UDN, União Democrática Nacional, fundada em abril de 1945,

⁵ As considerações feitas sobre os partidos políticos e o sistema partidário foram extraídas de Schmitt (2000).

⁶ “As diferenças revelam o conteúdo complexo do getulismo, que abarcava a burocracia estatal, a maior parte do empresariado industrial, setores agrários retrógrados e as lideranças sindicais” (Fausto, 2006: 148).

representava as diversas forças de oposição a Vargas, nas áreas rurais e urbanas. Era formada por correntes heterogêneas, incluindo membros da oligarquia que perderam poder político em 1930, liberais conservadores, e alguns políticos da esquerda democrática. O partido era marcado pela defesa da democracia representativa, e por uma política econômica com traços liberais, tais como a defesa do equilíbrio orçamentário, do combate à inflação, e da limitação dos gastos públicos.

Com forte apoio popular no estado de São Paulo, o PSP, Partido Social Progressista, foi veículo pessoal de Adhemar de Barros e era usado, inúmeras vezes, como “legenda de aluguel” em diversos estados. Em termos de representação na Câmara de Deputados, o PSP era a quarta maior legenda no período de 1945-1962. Apesar disso, era um partido com um eleitorado muito concentrado em São Paulo (cf. Schmitt, 2000: 18).

Com a democratização do regime, eleições legislativas e presidenciais foram marcadas para dezembro de 1945, e as forças políticas começaram a se organizar. O PSD e o PTB apoiaram o candidato de Vargas, o General Dutra, enquanto a UDN apoiou o Brigadeiro Eduardo Gomes. Dutra venceu as eleições, e os três partidos mais bem representados no Legislativo foram o PSD, a UDN e o PTB, nesta ordem. Marcada pela eclosão da Guerra Fria, as políticas econômicas e externas do governo Dutra inseriram-se na esfera ocidental. O Partido Comunista Brasileiro foi colocado na ilegalidade, e a economia adotava princípios do liberalismo econômico.

Conduzidas de acordo com a Constituição de 1946, as eleições de outubro de 1950 deram a vitória a Getúlio Vargas, com apoio do PSP, partido de Adhemar de Barros, “quando o populismo ademarista e getulista opta pelo retorno do ex-presidente, através do referendo eleitoral” (D’Araújo, 1992: 23). Vargas escolheu inicialmente uma política de conciliação entre as heterogêneas forças políticas que o apoiaram, seguindo uma política moderada nos aspectos econômicos e de política externa. Essa estratégia foi, no entanto, inviabilizada por dificuldades econômicas e pelo crescimento das tensões provenientes da Guerra Fria. As forças políticas tenderam a se polarizar, com a UDN endurecendo sua posição direitista, e as Forças Armadas reiterando seu anticomunismo. Vargas decidiu por apoiar-se nos sindicatos de trabalhadores e no PTB, aumentando o salário mínimo e fortalecendo o tema do nacionalismo. Foi criada a Petrobrás,

proposta a criação da Eletrobrás, e Vargas ameaçou colocar em prática a lei que restringia a remessa de lucros. O então ministro do trabalho, João Goulart, estava claramente identificado com essas posições políticas.

O impasse econômico resultante do total abandono de medidas antiinflacionárias, e a reação dos conservadores, dos liberais e das Forças Armadas à radicalização do governo conduziram a uma crise. Carlos Lacerda, político e jornalista, acusou Vargas de ter negociado uma aliança antiamericana com o Chile e a Argentina. “O aumento de 100% no salário mínimo, decretado a 1º de maio de 1954, [...] vai constituir-se na alegação final [...] para a condenação do que seria a política demagógica do Governo em relação aos trabalhadores” (D’Araújo, 1992: 32). Uma frustrada tentativa de assassinar Carlos Lacerda produziu inquéritos nos quais foram revelados indícios de comportamento corrupto dentro do governo, fazendo as tensões tornarem-se incendiárias, com as Forças Armadas posicionando-se impacientemente. Com as exigências para sua renúncia avolumando-se, Vargas suicidou-se em 24 de agosto de 1954.

A coexistência de duas tendências políticas, a populista e a autoritária, era um fator que, segundo D’Araújo, enriquecia a conjuntura da época:

Muito provavelmente, a dramaticidade do final do Governo [Vargas] favorece o populismo, que prevalecerá com Juscelino Kubitschek, em detrimento da tendência autoritária, que se torna hegemônica em 1964. Ambas as tendências enfrentam a dificuldade, generalizada entre as elites, de comportar-se partidariamente. Para os populistas, o partido deve ceder à relação direta do líder com a massa e à personalização do poder; para os autoritários e conservadores os partidos são instrumentos, embora prescindíveis, para uma articulação de poder também a nível de elites, que dispensa o contato com as massas. Nos dois casos, observa-se ainda a preocupação constante em torno da formação de coalizões máximas. A obsessão de maximizar o consenso demonstra a dificuldade de se conviver com a oposição e com o dissenso. O Governo Vargas enquadra-se perfeitamente dentro desse esquema que, embora amplo e simplificado, reflete um dos principais aspectos do sistema político brasileiro pós-1945 (D’Araújo, 1992: 187).

O suicídio de Vargas deu nova vida ao getulismo e à aliança entre o PSD e o PTB, para fins eleitorais visando às eleições de outubro de 1955. Estas foram, em consequência, marcadas por uma coesão das forças getulistas em torno de seu candidato, Juscelino Kubitschek, assim como pelas incertezas no campo adversário. Seu adversário, o general Juarez Távora, da UDN, não tinha muitas chances eleitorais, e alguns anti-varguistas, como Carlos Lacerda e alguns

membros das Forças Armadas, começaram a duvidar das possibilidades de vitória eleitoral contra os seguidores do getulismo. As eleições deram a vitória a Juscelino e Goulart foi eleito vice-presidente⁷. A oposição derrotada contestou os resultados das eleições, mas, após aproximadamente um mês de escaramuças, um grupo militar legalista, comandado pelo general Lott, impôs o resultado eleitoral.

Talvez influenciado pelo fato de ter sido eleito com aproximadamente 35%, Juscelino adotou um comportamento conciliador, procurando acomodar os conflitos. Deu sinais aos liberais de que aceitaria de bom grado os investimentos externos, e anistiou os militares que tentaram se rebelar contra seu governo nos episódios de Aragarças e Jacareacanga. Tratou de imprimir, e fazer disto sua marca, uma mística desenvolvimentista, favorecendo, através da intervenção do Estado, os investimentos em setores industriais básicos e em infra-estrutura. A busca pelo consenso, no campo econômico, entre liberais e desenvolvimentistas não era, no entanto, um caminho adequado para a condução de soluções que pudessem curar os males crônicos de nossas dificuldades financeiras e monetárias.

Houve um “aumento da inflação e a redução da taxa de crescimento, nos dois últimos anos de seu mandato” (Lamounier, 2005: 130). Após uma tentativa de retorno a práticas estabilizadoras, no sentido de atender às exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI), Juscelino rompeu os entendimentos com os credores internacionais, trazendo de volta a polarização política. À esquerda, passaram a ter projeção nacional Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul e cunhado de Goulart, e Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas, no Nordeste. Esta mobilização de movimentos de esquerda radicais trouxe renovadas preocupações à classe média urbana e aos militares. Jânio Quadros, governador do estado de São Paulo foi eleito presidente nas eleições de outubro de 1960, concorrendo pela oposição. Para vice-presidente foi reeleito o candidato da situação, João Goulart.

Apoiado pela UDN, Jânio conduziu uma campanha eleitoral na qual era enfatizada a necessidade de lutar contra a ineficiência administrativa e o desperdício. Ambiguamente “*claiming to favor liberalism and developmentalism simultaneously, Quadros left the details of his policies vague*” (Mendes, 1977: 7).

⁷ “A Constituição de 1946 não estatuiu que a eleição de determinado candidato à presidência acarretasse a escolha automática do candidato a vice-presidente lançado pelo mesmo partido ou aliança” (Lamounier, 2005: 128). Não foi o caso nas eleições de 1955, mas seria um fator complicador no mandato seguinte, como veremos.

Os seis meses de presidência de Quadros deixaram desconcertados tanto seus aliados quanto seus inimigos. Após sinalizar com uma economia ortodoxa, pediu aconselhamento aos desenvolvimentistas aos primeiros sinais de recessão. Conduziu políticas externas que desagradaram seus aliados, reatando relações diplomáticas com a União Soviética, favorecendo o estreitamento com países do Terceiro Mundo, e condecorando Ernesto “*Che*” Guevara⁸. Em 25 de agosto de 1961 renunciou, em um dos menos explicados episódios da história contemporânea brasileira. Acontece que a legislação eleitoral vigente admitia que presidente e vice-presidente eleitos não necessariamente deveriam pertencer ao mesmo partido. A campanha eleitoral de Jânio dirigia-se a um eleitorado conservador, enfatizava a volta de valores como moralidade e bons costumes, e atacava a corrupção. Goulart, por outro lado, estava vinculado às bases sindicais, defendia idéias nacionalistas e reformas sociais. “Goulart [...] depara-se com um eleitorado frustrado pela renúncia de Jânio e que seria obrigado a aceitar um programa de reformas que não havia escolhido, a ser implementado por um presidente em quem não havia votado” (Raposo, 1994: 24).

Vista como uma das mais livres eleições até então, a de 1960 foi, no entanto, o ponto de partida para uma série de crises que levariam ao movimento militar de 1964. O veto militar à posse do vice-presidente Goulart levou a um acerto político no qual se implantava um parlamentarismo improvisado, que desagradava a todos os protagonistas. Goulart conseguiu revogar este parlamentarismo através de um plebiscito, em janeiro de 1963; apoiou-se em ministros desenvolvimentistas, como Celso Furtado, e politicamente fortaleceu os sindicatos, Leonel Brizola e as Ligas Camponesas. A polarização ideológica atingiu proporções alarmantes, até o desfecho, em 31 de março de 1964.

⁸ Ernesto Guevara de la Serna (1928-1967), nasceu na Argentina e morreu na Bolívia. Revolucionário marxista, foi figura importante na Revolução Cubana, no governo cubano, e participou de diversos movimentos armados que tentaram, na década de 60, implantar o comunismo em diversos países da África e na Bolívia.

1.3.

Mudanças na sociedade e na economia brasileira

Mas não foi somente o aspecto político que sofreu fortes mudanças no país após a revolução de 1930. Também pelos aspectos econômicos e sociais este movimento trouxe um ponto de inflexão que proporcionou a redefinição das relações entre o Estado e a sociedade. Dentre os elementos mais significativos que influenciaram estas relações no período de 1930 a 1964, destaco: o fenômeno da urbanização, estimulado pela ampliação do acesso aos direitos sociais para os trabalhadores urbanos; a expansão dos direitos políticos; o fortalecimento do corporativismo, vinculando os sindicatos ao Estado; a formação de um sistema partidário nacional; e a emergência de uma burguesia industrial e de um operariado, dentro do modelo nacional-desenvolvimentista de industrialização. A ocorrência de um aumento do eleitorado em um ambiente de baixa institucionalização pode ser vista como uma síntese dos acontecimentos que influenciaram este período (Santos, 1993).

O período de 1930 a 1945 foi a era dos direitos sociais e da organização sindical. Os trabalhadores urbanos foram incorporados à sociedade pelas leis sociais, e não por sua ação sindical e por uma política independente. Faz-se necessário, no entanto, notar que colocar os direitos sociais à frente dos políticos não impediu a popularidade de Vargas. A ênfase nos direitos sociais encontrava terreno fértil na cultura política da população, principalmente na dos pobres dos centros urbanos. O populismo era um fenômeno urbano⁹ e refletia esse Brasil novo que surgia, diferente do Brasil rural da Primeira República. Era um avanço na cidadania, na medida em que trazia as massas para a política. Em contrapartida, colocava os cidadãos em posição de dependência perante os líderes (cf. Carvalho, 2002: 87-126).

Por outro lado, o país se industrializava, sua economia se modernizava, e o Estado se burocratizava.

A República [Velha] fora descentralizadora e oligárquica. O novo Estado fundado pela Revolução de 1930, ainda que conservasse elementos da velha aristocracia, foi um Estado antes de tudo autoritário e burocrático no seio de

⁹ “A parcela urbana da população (em cidades com mais de 20 mil habitantes) dobrou, de 15% para 30%, entre 1940 e 1960” (Lamounier, 2005: 114).

uma sociedade em que o capitalismo industrial se tornara afinal dominante (Bresser-Pereira, 2001: 234).

O desenvolvimento industrial, alavancado pelo Estado através do pensamento que ficou conhecido como desenvolvimentismo, era marcante. O conceito de “desenvolvimentismo”, segundo Ricardo Bielschowsky em *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo* pode ser definido como sendo uma ideologia destinada a transformar a sociedade brasileira, caracterizada por um projeto econômico que teria como pontos fundamentais a certeza de que a industrialização seria a via de superação do subdesenvolvimento brasileiro e a necessidade de o Estado ser o planejador desta industrialização (Bielschowsky, 2004: 7). Os elementos ideológicos presentes na origem deste modelo desenvolvimentista teriam sido o ataque ao livre-cambismo, associado à defesa do protecionismo, e o ataque ao liberalismo. Gerou-se a consciência de que seria necessário e viável implantar no país um setor industrial integrado, ao mesmo tempo em que se criava a crença na necessidade de instituir mecanismos de centralização de recursos financeiros para este fim (cf. Bielschowsky, 2004: 247-259).

Desde a década de trinta a economia brasileira vinha alcançando crescimento significativo, tendo alcançado, nos trinta anos que se seguiram, a taxa média de crescimento de 8% ao ano. Durante a década de cinquenta, o nacionalismo destacou-se na agenda política do país. Durante o segundo governo Vargas, diversos partidos e segmentos sociais se mobilizaram pelas campanhas para a criação da Petrobrás e da Eletrobrás. “Tornou-se comum empresários, operários e políticos, filiados a uma gama diferenciada de partidos como o PTB, o PSD, o PCB e a própria UDN, manifestarem sua convicção nacionalista-desenvolvimentista” (Neves, 1997: 59). A indústria automobilística, implantada por Kubitschek, foi a base de uma estrutura industrial existente até os dias de hoje.

Em uma época na qual o liberalismo econômico parecia sepultado em todo o mundo, esmagado pela pujança social-democrata do *Welfare State*, o desenvolvimentismo sentia-se livre para seguir o caminho do endividamento. Para Skidmore, aqui estava a raiz dos acontecimentos que levaram ao movimento militar de 1964: “[...] o aprofundar da crise política era o corolário inevitável do dramático retardamento no crescimento econômico, que se tornou evidente depois de 1962, exacerbado pelo pesado fardo das dívidas externas a curto prazo”

(Skidmore, 1976: 18). Evidentemente, esta explicação para o movimento que abortou nossa instável democracia é, de alguma forma, reducionista. Os conflitos entre ideologias que marcavam a Guerra Fria haviam se entranhado na sociedade brasileira. O aspecto apontado por Skidmore poderia ser mais bem interpretado como um catalisador de um desfecho no qual, qualquer que fosse o vencedor, a democracia representativa e as liberdades individuais estavam previamente condenadas.

1.4.

A contribuição do pensamento social brasileiro para a compreensão do populismo no Brasil

“Uma das singularidades da história do Brasil é que este é um país que se pensa contínua e periodicamente” (Ianni, 2004: 41). O pensamento social brasileiro, desde a Proclamação da República, tem dado ênfase à questão da inserção do Brasil na modernidade. Temas como a urbanização e a industrialização estiveram presentes nos estudos dos pensadores preocupados em compreender quais poderiam ser as condições e possibilidades de alcançarmos nossa modernização. O que torna fascinante e instigante o estudo destas idéias é a variedade das interpretações e, conseqüentemente, das “receitas” para a superação do nosso atraso. Estas interpretações e suas diretrizes são múltiplas e freqüentemente contraditórias, apesar de podermos agrupá-las:

Um exame crítico da maioria das interpretações revela que elas se aglutinam em certas orientações, linhagens ou “famílias”. Seriam vertentes predominantes, revelando tanto os desafios que se abrem no curso da história do país como filiações dos autores, alinhando-se segundo estilos de pensamento já constituídos ou em constituição (Ianni, 2004: 43).

Algumas destas orientações, linhagens ou “famílias” do pensamento social acerca do populismo no Brasil, no período de 1945 a 1964, podem ser destacadas. Nos escritos de Francisco Weffort e de Octavio Ianni, da Escola de Sociologia da USP, constata-se uma interpretação afinada com a perspectiva marxista da divisão social em classes, tendo sido o populismo analisado pelo viés da luta de classes. Já as análises acerca do populismo de autores como Helio

Jaguaribe e Guerreiro Ramos, que fizeram parte do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), estavam mais focadas na preocupação com o desenvolvimento nacional. O pensamento econômico liberal de autores como Eugênio Gudin, Octavio Gouvêa de Bulhões, e Roberto de Oliveira Campos identifica no populismo um viés econômico que funciona como um obstáculo ao desenvolvimento sustentado de uma sociedade. Isto aconteceria porque, para eles, o populismo procura alocar recursos preferencialmente a grupos políticos mais ativos, e é marcado pela ausência de preocupações para com a responsabilidade fiscal, uma vez que o discurso do “bem do povo” justificaria estas ações.

O objetivo deste trabalho será analisar as interpretações mais relevantes sobre o fenômeno populista no Brasil, no período de 1945 a 1964. Mais precisamente, pretende investigar os distintos enfoques analíticos que sustentam as interpretações sobre o populismo pós-1945 da Escola de Sociologia da Universidade de São Paulo, do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), e do Pensamento Econômico Liberal.

As reflexões feitas pelos intelectuais aqui selecionados sobre o populismo têm sua força explicada por Jürgen Habermas em seu conceito de *esfera pública literária*¹⁰ no sentido de que, ao interagirem também no espaço público, fizeram com que as discussões acerca do conceito de populismo transbordassem os limites da academia e alcançassem o mundo público. Seu compromisso com o debate no espaço público nos permite utilizar suas reflexões e análises no sentido de melhor compreendermos o fenômeno do populismo hodierno. E, nas origens destas reflexões e análises, já se distingue uma das disputas entre os intelectuais que estudaram e discutiram o conceito.

Maria Emilia Prado reconhece que “ao assumirem o papel de intelectuais comprometidos com a Política e a esfera pública, Jaguaribe bem como todos os integrantes do ISEB construíram uma página fundamental na história dos intelectuais no Brasil” (Prado, 2007: 8). E podemos constatar que, em um dado contexto histórico, as elites intelectuais demarcam o que é entendido como idéias retoricamente consagradas como “verdades”. As diferentes interpretações

¹⁰ “O processo ao longo do qual o público constituído pelos indivíduos conscientizados se apropria da esfera pública controlada pela autoridade e a transforma numa esfera em que a crítica se exerce contra o poder do Estado realiza-se como refuncionalização da esfera pública literária, que já era dotada de um público possuidor de suas próprias instituições e plataformas de discussão. Graças à mediatização dela, esse conjunto de experiências da privacidade ligada ao público também ingressa na esfera pública política” (Habermas, 1984: 68).

oriundas do pensamento social fizeram com que o debate sobre o populismo ganhasse o mundo público, tornando-se de uso recorrente pelos atores políticos e pelos eleitores em geral, embora não fosse suficiente para estabelecer uma qualificação consensual sobre o fenômeno, tendo em vista as diferentes matrizes teóricas que os sustentam.

No intuito de confirmar a hipótese acima descrita, estudarei, no segundo capítulo, as interpretações sobre o populismo que se apoiaram no conceito de luta de classes, no que se chamou de Escola Paulista de Sociologia da USP, com ênfase nas análises de Weffort e Ianni. Podemos admitir que tenha sido a partir dos consagrados trabalhos de Weffort, em *O populismo na política brasileira*, e de Ianni, em *O colapso do populismo no Brasil*, que os estudos acerca do populismo na política brasileira adquiriram a relevância que os marca até hoje. Os referidos estudos foram influenciados pela corrente de interpretação marxista, majoritária na Academia, à época.

No terceiro capítulo analisarei interpretações do populismo que divergem da teoria marxista, efetuadas por alguns dos mais marcantes intelectuais do ISEB, com ênfase no nacional-desenvolvimentismo, quase um arcabouço ideológico através do qual se pretendia controlar as massas urbanas. O populismo não era visto como um fenômeno de importância, que pudesse encobrir a urgência de se industrializar o Brasil, tornando-o uma potência competitiva e moderna.

No quarto capítulo estudarei as interpretações de defensores do liberalismo econômico como Gudin, Bulhões, e Campos que, entre outros, elegeram como inimigo principal o projeto nacional-desenvolvimentista, oposto aos ideais liberais de livre alocação de recursos pelo mercado, e que fazem a crítica ao populismo analisando o prejuízo que as práticas dele decorrentes trazem para o crescimento econômico. A busca da responsabilidade fiscal era enfatizada por aqueles que criticaram as promessas fiscalmente irresponsáveis feitas à classe trabalhadora, na disputa dos votos necessários à tomada e à manutenção do poder em uma democracia representativa.

Finalmente, o quinto capítulo trará uma visão dos principais pontos discutidos sobre o fenômeno do populismo, estudados nos capítulos anteriores, e as conclusões daí extraídas.